

Sartre e a ética

Sartre and the ethics

Sartre y la ética

Franklin Leopoldo e Silva*

RESUMO: O artigo pretende mostrar que, embora Sartre não tenha escrito o tratado de Ética prometido ao final de *O Ser e o Nada*, toda a sua obra, inclusive os textos anteriores ao seu livro mais famoso, possuem uma significação ética, até porque seria difícil perseguir uma elucidação da conduta humana – ou uma ontologia da subjetividade – sem que a perspectiva ética estivesse presente. Procuramos, no texto apresentado, fazer um breve levantamento das questões mais importantes com o intuito de indicar que uma filosofia da existência consequente com seus pressupostos e seus propósitos – como é o caso de Sartre – deve obrigatoriamente considerar as implicações recíprocas entre ontologia, história, ética e política.

PALAVRAS-CHAVE: Subjetividade. História. Liberdade - ação.

ABSTRACT: The paper intends to indicate that the ethical approach, apparently absent in Sartre's Philosophy, is, however, present in his works, inclusively before *Being and Nothingness*, and we may affirm that an ethical intention seems to cross Sartre's existential philosophy as a whole. It would be difficult to suppose the contrary, if we think that an ontology of subjectivity cannot be separate of history, ethics and politics. Sartre's philosophy is a philosophy of action, so the moral perspective is his fundamental guideline.

KEYWORDS: Subjectivity. History. Freedom - action.

RESUMEN: El artículo pretende mostrar que, aunque Sartre non haya escrito el tratado de Ética prometido al final de *El Ser y la Nada*, el conjunto de su obra, incluyendo los textos anteriores al su libro más famoso, posee significación ética, porque, de todo modo, sería difícil perseguir una elucidación de la conducta humana – o una ontología de la subjetividad – sin que la perspectiva ética estuviera presente. Procuramos, en el texto presentado, hacer un breve levantamiento de las cuestiones más importantes con la intención de indicar que una filosofía de la existencia consequente con sus presuposiciones y sus propósitos – como es el caso de Sartre – debe obligatoriamente considerar las implicaciones recíprocas entre ontología, historia, ética y política.

PALABRAS-LLAVE: Subjetividad. Historia. Libertad - acción.

A preocupação ética está presente na filosofia de Sartre desde o início. Não se pode entender a sua filosofia a partir das divisões tradicionais entre as disciplinas filosóficas, supondo, por exemplo, que em *O Ser e o Nada* temos apenas um trabalho de ontologia da subjetividade, assim como em *Questão de Método* teríamos apenas elucidações metodológicas e na *Crítica da Razão Dialética* uma filosofia da História, ficando a Ética, anunciada no final de *O Ser e o Nada*, permanentemente adiada ou apenas esboçada em textos de trabalho que Sartre preferiu não publicar. A ausência de um tratado de ética não significa a ausência da ética – e de seu correlato obrigatório, a política^{1a}.

Isso não escapou aos críticos de Sartre. A publicação de *O ser e o Nada* ensejou várias críticas, sendo que as

mais importantes e as mais contundentes diziam respeito aos aspectos éticos e políticos implicados na ontologia da existência. Do lado do pensamento conservador e cristão, criticava-se o niilismo, o ateísmo, o desespero, o amoralismo e a gratuidade como marcas da filosofia da existência em Sartre, apontando-a como um exemplo característico da recusa da transcendência que marcaria a trajetória do pensamento moderno e contemporâneo. Do lado marxista, criticava-se o solipsismo, o enaltecimento da subjetividade e a afirmação da liberdade como um absoluto, vendo nesses temas uma retomada, pelo viés negativo e niilista, da subjetividade idealista ou do sujeito burguês como o centro do mundo, ignorando a história e desencorajando a ação.

* Filósofo. Livre-docente em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. Docente do Programa *Stricto sensu*, Mestrado e Doutorado em Bioética do Centro Universitário São Camilo, São Paulo.

a. Sartre faz considerações acerca da continuidade pertinente, ou mesmo necessária, entre ontologia e ética na parte final de *O Ser e o Nada*. Trad Paulo Perdigão. Petrópolis (RJ): Vozes; 2001. p. 763. A célebre promessa de um tratado de ética que viria a seguir está na p. 765.

É por isso que na conferência *O Existencialismo é um Humanismo*, quando Sartre rebate as críticas, encaminha suas considerações principalmente pelo lado ético, ficando as elucidações ontológicas apenas como a condição de possibilidade de esclarecer os equívocos éticos. O maior exemplo é a vinculação entre a precedência da existência, a liberdade e a responsabilidade. Sartre não se cansa de acentuar que a noção de liberdade originária envolve uma responsabilidade radical, e que a solidão em que é feita a escolha não isenta o sujeito do compromisso com a universalidade, isto é, com os outros. A invenção do valor imanente a cada ato de escolha, decorrente da inexistência de valores prévios determinantes da conduta humana, faz com que a liberdade não se dissocie nunca da responsabilidade pela afirmação de valores e critérios em cada ato livre.

O que sobressai na concepção existencialista das relações entre subjetividade, liberdade e responsabilidade é, sobretudo, a radicalidade com que a filosofia de Sartre focaliza a conduta humana diante de suas possibilidades. Essa radicalidade está expressa na noção de angústia, isto é, na ausência de fundamento da própria existência enquanto contínuo processo de escolha, constante exercício de liberdade, orientado pelo projeto existencial, que não é outra coisa senão a projeção de possibilidades que orientam precariamente o sujeito em direção a si mesmo. O sujeito sartreano concebido como Para-si significa precisamente esse *ir em direção a si*, numa tarefa de constituição de si que Sartre chama o *fazer-se*, processo que constitui a própria existência e que por isso nunca termina, uma busca de si que nunca resulta no encontro da identidade, ou do ser-si-mesmo como totalidade subjetiva. Esse modo de ser radicalmente a possibilidade de ser, que faz com que *o homem seja no modo de não sê-lo ainda*, é o que levará Sartre a definir o homem como uma questão para si mesmo.

Ser o homem uma questão para si mesmo é o que justifica a *conduta interrogante* enquanto uma das possibilidades assumidas pelo homem na tentativa de elucidar o significado desse modo de ser: *ser no modo de não ser*. Do ponto de vista ontológico, o que se pode observar nesse ponto da reflexão sartreana é a radicalização da intencionalidade tal como Sartre a concebe a partir de Husserl, mas não exatamente da mesma maneira. Sendo a consciência um movimento na direção *de* alguma coisa, e sendo inteiramente definida por esse movimento, não cabe, segundo Sartre, conceber uma instância prévia que

unifique os movimentos da consciência que vai ao encontro das coisas. Essa recusa da subjetividade transcendental confere radicalidade à intencionalidade porque nos leva a conceber a consciência como a ausência dessa base de apoio ou de impulso para o movimento intencional. O fundamento do movimento intencional não é o Eu, não é um ser e sim o Nada, uma vez que a única realidade que posso designar como consciência é o movimento para as coisas e para-si. Ora, nesse caso, a conduta interrogante também se refere a uma interrogação radical acerca do que sou, porque o campo das respostas não é o campo do ser constituído ou da realidade dada, mas sim o campo dos possíveis, aquele em que o que posso ser se constitui fora de mim, e mesmo longe de mim.

Ainda aqui é preciso que compreendamos bem o significado de *possível* em Sartre. Pois há uma forma de conceber a possibilidade entendendo-a como aquilo que, embora não se dê ainda como ser determinado no presente, acontecerá como ser determinado no futuro – e determinado pelo passado. Nessa concepção, as possibilidades humanas, embora somente se realizem no futuro, são gestadas no passado por fatores causais e determinantes. Por isso, para o determinista, qualquer que seja a possibilidade realizada, devo poder explicá-la remetendo-a devidamente aos seus antecedentes, onde ela já estaria como que pré-formada, ao lado de outras, em regime de virtualidade. Para Sartre, essa concepção positivista de possibilidade é incompatível com a concepção existencialista da realidade humana. Com efeito, não havendo, para a realidade humana, essência prévia à existência que pudesse determinar essa existência nos seus diversos atributos, a possibilidade está relacionada muito mais com o futuro do que com o passado. Todas as possibilidades nascem e crescem no futuro, e é no futuro que descobriremos se elas se podem realizar ou se frustrar, se eram promessas ou sonhos. E isso porque nenhuma delas está determinada a realizar-se: tornar-se-ão realidades na medida em que minhas escolhas e minhas ações puderem fazê-las reais, num processo em que me tenho que haver com a adversidade das coisas.

Assim, podemos dizer que a precedência da existência em relação à essência se diz respeito à autoconstituição do sujeito por meio de suas condutas, e se na escolha dessas condutas, bem como no seu desenvolvimento, está implicada a interrogação constante pelo ser desse sujeito que não é, precisamente porque será o que fizer de si de acordo com suas escolhas e suas condutas, então a prece-

dência da existência, enquanto experiência constituinte da realidade humana, só pode ser de caráter ético. É claro que não podemos ignorar que a ontologia fenomenológica mostrou que é o ser da realidade humana que se define pelo não-ser, ou pelo ser-*para*, assim como a consciência é sempre consciência *de*. Nesse sentido, pode-se dizer que a realidade humana é antes um *realizar-se* do que algo dado. Mas precisamente porque esse processo de realização é consciente, precisamente porque o sujeito é consciente de si como de algo que ele ainda não é, mas que precisa *vir-a-ser*, precisamente porque, não sendo determinado, esse sujeito tem de inventar a cada momento o seu ser, isto é, o significado que julga dever atribuir ao *fato* de existir, por tudo isso é que esse processo de tornar-se sujeito pela sucessão de suas escolhas estará sempre na dependência de um projeto existencial pautado por escolhas morais.

Até porque a realidade de cada sujeito existente se constitui a partir da *facticidade*, isto é, de um contexto de realidade objetiva, formado por fatos que o sujeito não pode escolher nem mudar. Esses fatos são muitos e variados; dizem respeito ao meu físico e à constituição do meu organismo; à época e ao lugar em que venho ao mundo; à sociedade, à classe social, à família. Ao nascer, encontro um mundo histórico já constituído que não escolhi e que não posso mudar. São determinações naturais (se nasci no deserto ou no litoral, em país frio ou tropical) e históricas (econômicas, sociais, familiares) que influirão decisivamente sobre minhas possibilidades e, portanto, sobre minhas escolhas. Não há dúvida de que elas estão, de certa forma, condicionadas por fatores sobre os quais não tenho qualquer poder. Em que isso pode ser entendido como limitação ou restrição de minha liberdade? Ora, são precisamente essas limitações e restrições que vinculam minhas possibilidades a *escolhas morais* no sentido específico. Se tivesse o poder de mudar as coisas, minhas escolhas seriam *factuais* ou *naturais*. Por vezes nos lamentamos de nosso limitado poder de mudar a realidade porque entendemos que as escolhas morais somente se completariam se incidissem efetivamente sobre as coisas e sobre os fatos. E há alguma razão nisso, mesmo porque, para Sartre, toda escolha já é começo de ação. O que significa que há alguma relação entre liberdade e facticidade.

Essa relação está expressa na frase: *eu sou o que faço com o que fazem de mim*. Com efeito, não posso mudar os fatos, mas o sentido que lhes atribuo depende de mim. Entenda-se: num mundo radicalmente humano, o que

não é humano pertence a esse universo enquanto representação dotada de sentido. A natureza, por exemplo: os lapões e os esquimós fazem do frio um meio de vida; transformam aquilo que para outros seria pura adversidade numa significação positiva para a vida e a cultura. Não podem mudar o clima, mas podem moldar uma experiência em que o clima seja elemento interno da vida. Algo semelhante se passa em relação à facticidade histórica: embora tenha nascido operário, cabe a mim construir o sentido que essa condição de classe terá na minha vida, porque posso assumir diversas atitudes em relação a esse fato: posso ser conservador, indiferente, militante de sindicato, membro de partido comunista, etc. E assim também ocorre com minha aparência física, com minha hereditariedade, com doenças que contrair, etc. Se o fato está fora do alcance da minha liberdade, o sentido que posso lhe atribuir – a maneira como o assumo para mim – está na esfera de minhas escolhas livres. E como é o sentido atribuído aos fatos que vai orientar minha conduta, permanece a responsabilidade pelas consequências da opção por este ou aquele sentido.

É dessa forma que as condições objetivas interferem na minha subjetividade. Para que o sujeito fosse estritamente determinado pelos fatos, ele teria que ser igualmente um fato. Mas sendo o sujeito uma consciência que representa os fatos para si, conferindo-lhes significação humana e subjetiva, a determinação só pode ocorrer por via da mediação da subjetividade singular. Isso tem pelo menos duas consequências: de um lado, conceber a determinação direta sem a mediação subjetiva é supor que não há diferença entre o sujeito e as coisas – entre o homem e as coisas, o que faz desse tipo de determinismo uma modalidade de reificação. De outro lado, ignorar que a ação da subjetividade é escolha livre do sentido dos fatos significa desprezar o significado ético – propriamente humano – dessa ação, separando-a da invenção do valor que é imanente a toda escolha livre. Observe-se que, se toda escolha é começo de ação, isso não quer dizer que a ação se desdobrará fora do sujeito, no mundo histórico, sempre em conformidade com a escolha ou a intenção. Pois se existe mediação subjetiva na atribuição de sentido aos fatos, existem também mediações objetivas que a ação atravessa, e que podem modificá-la profundamente, tornando-a até mesmo contrária à escolha e à intenção originária. Pois a história é um meio denso, povoado de ações, propósitos e interesses que se cruzam de modo complexo,

transformando as ações a ponto de torná-las – e a seus resultados – irreconhecíveis por parte do sujeito agente.

Desse modo, escolha subjetiva e determinação objetiva não se configuram como visões mutuamente exclusivas, mas devemos supor entre elas uma relação de reciprocidade que vem a ser propriamente a dialética do subjetivo e do objetivo. Sartre é muitas vezes visto como um cartesiano porque jamais abandonou o critério da subjetividade. Ele mesmo esclareceu mais de uma vez por que considerava o ponto de partida do *cogito* necessário e insuperável, muito embora fosse inteiramente contrário à concepção cartesiana de sujeito, de cunho essencialista e idealista. O ponto de vista exclusivamente objetivo não permitiria ver na constituição da subjetividade a tensão dialética entre sujeito constituído e sujeito constituinte, que é outra maneira de Sartre nos mostrar um sujeito que se constitui ao mesmo tempo por meio da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade. O ser objetivo, o inteiramente constituído ou a mera exterioridade não comportariam a *atividade* necessária ao *fazer-se* do sujeito, ainda que este *fazer-se* inclua a passividade inerente ao *ser feito*. Precisamente, *faço-me* com o que fazem de mim porque atividade e passividade não estão em oposição analítica, mas são dialeticamente opostos.

Uma teoria moral que pretenda dar conta das condições históricas da ação, e não apenas de suas condições formais ou transcendentais, tem que considerar que a realidade do sujeito, agente moral, se constrói na tensão dialética experimentada entre a subjetivação e a objetivação. Pois não há ato humano (moral, político e histórico) que não se defina pelas duas dimensões, opostas e necessariamente presentes. As condições de objetivação do sujeito são as condições objetivas de formação da subjetividade singular; as condições subjetivas são aquelas pelas quais essa formação é também e ao mesmo tempo um processo de singularização. A Ética, desde a antiguidade, sempre se defrontou com o problema das relações entre a universalidade e a singularidade. A generalidade das normas ou a forma da lei moral, de um lado; o modo como a normatividade e o imperativo se traduzem em ações particulares e subjetivas, de outro. Enquanto as duas dimensões forem analiticamente relacionadas, permanecerão obrigatoriamente extrínsecas uma à outra, e vinculadas apenas linearmente, ou por subordinação. Somente a relação

dialética pode produzir um vínculo do tipo que Sartre designa como interno: uma síntese de opostos em que a diferença entre o universal e o singular não desapareça, mas se manifeste precisamente no enlace sintético e opositivo. Somente quando o singular é manifestação de uma universalidade interiorizada no plano da individualidade é que podemos considerar que o singular traz na sua formação o lastro de universalidade^{2b}.

A compreensão dialética da condição histórica é precisamente essa visão da relação sintética entre o universal e o singular. E por isso podemos dizer que a verdadeira compreensão da condição histórica coincide com a autêntica compreensão da condição ética do agir histórico ou do sujeito histórico. A filosofia da existência é uma filosofia da ação e não da contemplação, porque é uma filosofia do processo de subjetivação e não da essência do sujeito. Se o processo de subjetivação, que não é outra coisa senão a trajetória existencial de formação do sujeito, é sempre um processo em que as escolhas se sucedem a partir da liberdade vivida nas situações históricas, então é coerente qualificar esse processo de *moral*, tendo em vista as opções e as eleições de valores que o constituem. Sartre diz que a escolha histórica é ao mesmo tempo a instituição de fins: é como agente moral que o homem institui fins para si mesmo, para a história que ele constitui e que o constitui. Toda ação histórica tem significação e finalidade, podendo por isso ser definida a partir da noção de projeto, primeiramente definida no seu sentido existencial.

Ao fazer essas ligações entre existência e história, a partir da constatação de que a liberdade se exerce na história, e mais precisamente nas situações históricas, percebemos o vínculo ético que liga as obras de Sartre, principalmente *O Ser e o Nada* e a *Crítica da Razão Dialética*, e percebemos que esse vínculo não é outra coisa senão a presença da preocupação ética desde o início (na verdade, desde antes do tratado de ontologia fenomenológica)^{3c} em torno da qual se organizam os temas de psicologia e de ontologia, bem como os ensaios literários e políticos, até que a ética como o centro da reflexão se revele plenamente como o viés ético-político das obras sobre a História e nos estudos de psicanálise existencial, sobretudo o livro sobre Flaubert. A existência histórica, concebida como processo, tem duas dimensões que só se distinguem metodologicamente. Todo indivíduo *está inserido na His-*

b. Cf. a respeito Sartre JP. Determinação e Liberdade. In: Moral e Sociedade: Atas do Congresso promovido pelo Instituto Gramsci. Trad Nice Rissone. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1969. p. 31 ss.

c. Cf. Sartre JP. La Transcendance de l'Ego. Paris: Recherches Philosophiques; 1937. Nas páginas finais já são esboçadas considerações éticas que sugeridas pelo estudo fenomenológico da relação entre consciência e ego.

tória ou no espírito objetivo tal como se manifesta determinadamente; e todo indivíduo *é uma história*, que em princípio pode ser desvelada e narrada como formação da subjetividade singular. Esses dois sentidos de historicização devem estar presentes no tratamento de cada uma das dimensões. Em outras palavras, a separação é apenas metodológica porque a apreensão real da objetividade da história somente se faz pela compreensão das mediações subjetivas; e a compreensão do sujeito histórico somente se faz pela integração das mediações objetivas. Nas tensões que surgem dessa relação é que se constrói o perfil ético da práxis.

Por fim, deveria ficar evidente que uma ética da existência histórica não pode ser prescritiva, não pode constituir-se como um conjunto de normas fundadas em um princípio, ainda que tal princípio seja a razão imanente. Primeiramente porque qualquer prescrição é incompatí-

vel com a precedência da existência em relação à essência. Em segundo lugar, porque, a partir da visão dialética das relações entre o singular e o universal, não se pode aceitar que a ação particular e subjetiva simplesmente se submeta à norma geral e dessa tire inteiramente o seu sentido. Se assim fosse, a história poderia ser lida como uma dedução do particular a partir do geral. Ora, quando o sujeito age e inventa o valor, isto é, cria a norma, é como se ele estivesse prescrevendo, de forma imanente ao ato subjetivo, a norma universal inerente à sua opção, fruto da liberdade originária. E o faz, como sabemos, enquanto, também e ao mesmo tempo, se coloca sob as determinações objetivas que interiorizou. Sempre pareceu óbvio que, se a moral supõe a responsabilidade, tem de supor também a liberdade. O existencialismo de Sartre, ao recolocar a questão, radicalizou a noção de liberdade e com isso levou às últimas consequências a ética da responsabilidade.

REFERÊNCIAS

1. Sartre JP. O Ser e o Nada. Trad Paulo Perdígão. Petrópolis (RJ): Vozes; 2001.
 2. Sartre JP. Determinação e Liberdade. In: Moral e Sociedade. Atas do Congresso promovido pelo Instituto Gramsci. Trad Nice Rissone. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1969.
 3. Sartre JP. La Transcendance de l'Ego. Paris: Recherches Philosophiques; 1937.
-

Recebido em: 7 de abril de 2010.
Aprovado em: 5 de maio de 2010.